



CAPÍTULO 1. ESPAÇOS URBANOS SEGUROS

CAPÍTULO 1. ESPAÇOS URBANOS SEGUROS

Neste capítulo, vamos discutir as lógicas e aspectos relacionados à produção de espaços urbanos seguros. Refletiremos sobre o conceito de espaço urbano seguro e os fatores que produzem, ao contrário, ambientes inseguros. Também abordaremos os modos e possibilidades de ocupar o território, de modo que se torne um espaço seguro para seus moradores, assim como para as pessoas que trabalham ou se deslocam por ele. Trataremos das características ambientais do território e do manejo de elementos arquitetônicos que permitem pensá-lo e reorganizá-lo do ponto de vista da prevenção da violência e da criminalidade. Ao final do capítulo, trazemos alguns exemplos de intervenções e proposições práticas que utilizam os conceitos e estratégias discutidos.

1.1. Espaços urbanos seguros: uma introdução



Freepik.

Para começar, lançamos a seguinte reflexão:

- Quando pensamos em um espaço urbano seguro, o que nos vem à mente?
- E quando pensamos no espaço inseguro?

Para ajudar a pensar, começemos discutindo o conceito de segurança. Podemos pensar que, em qualquer sociedade existe conflito, mas ele não necessariamente resulta em violência ou insegurança. Então, em alguma medida, podemos dizer que segurança tem a ver com resolver, de forma pacífica, os conflitos que surgem? Ao falar em segurança, também se pensa em viver uma vida com dignidade, com garantia de liberdade e com integridade.

Consideremos, nesse sentido, o seguinte conceito de segurança cidadã, formulado com base em Serrato (2007):

Conjunto de intervenções públicas realizadas por diferentes atores estatais e sociais voltados para a abordagem e a resolução daqueles riscos e conflitos (concretos ou previsíveis) violentos e/ou delituosos, que lesem os direitos e as liberdades das pessoas, mediante sua prevenção e/ou controle.

Mais do que um conceito, tal como presente na definição acima, a **segurança cidadã** expressa um paradigma de intervenção calcado nas seguintes características:

- a) integralidade;
- b) transversalidade;
- c) intersetorialidade;
- d) pluralidade de intervenções e de atores estatais e não estatais;
- e) responsabilidade de toda a sociedade;
- f) continuidade entre a segurança da casa e da rua;
- g) foco nos cidadãos.

Isso quer dizer que, quando pensamos a **segurança** a partir dessa perspectiva, precisamos pensar que sua garantia depende não apenas de uma **política de segurança pública**, mas se articula a muitas outras ações e intervenções. “A segurança humana é um termo amplo que inclui a segurança econômica, alimentar, ambiental, pessoal, comunitária e política” (SERRATO, 2007, p.4). Assim, de fato, a segurança está atravessada por uma variedade de dimensões, de modo que, para a redução da insegurança e da violência, é necessário atuar nas suas diversas causas.

Além disso, como os problemas relacionados à insegurança e violência são **multicausais** e resultantes dos problemas cotidianos de uma dada comunidade, as políticas e intervenções não serão as mesmas nos diferentes territórios. Isso porque nem todas as comunidades têm as mesmas causas para as formas de violência e insegurança prevalentes em seu território.

Assim, para alcançar o objetivo maior da segurança cidadã, o de **garantir os direitos e a cidadania de todos e potencializar a convivência democrática**, precisamos de uma atuação transversal e intersetorial; plural e integrada; promovida não apenas por atores estatais, mas também da sociedade civil; por fim, uma intervenção focada na garantia de direitos dos e das cidadãos.



Freepik.

Passemos então à discussão dos possíveis fatores causadores da insegurança e da violência nas comunidades, dado que essa identificação é indispensável para planejarmos as intervenções mais adequadas para cada território.

1.2. Fatores ou dimensões que podem afetar negativamente a convivência comunitária e cidadã

Os atores empenhados em planejar possíveis intervenções voltadas para produzir um espaço urbano seguro devem, sob a ótica que estamos tratando, identificar os possíveis fatores causadores dos conflitos, para impedir que possam culminar em violência, além dos fatores relacionados à insegurança de uma maneira geral.

Mas quais seriam esses aspectos? A seguir, apontamos aqueles que geralmente considerados como fatores ou dimensões que podem afetar negativamente a convivência no território.

Crimes e desordens prevalentes no território

No planejamento de uma intervenção voltada à promoção de espaços seguros, é evidente a importância de se identificar as formas de violência e criminalidade comumente presentes no território. Assim, a partir de diferentes fontes de informação, oficiais (estatísticas e boletins produzidos pelos órgãos ligados à segurança pública e outras pastas) e não-oficiais (informes produzidos por organizações da própria comunidade, jornais etc.) é importante identificar:

- a) **quais** são os crimes e violências afetam os territórios;
- b) **quando** ocorrem (ou seja, quais são os períodos em que prevalecem determinados tipos de violência);
- c) outras circunstâncias que indicam **modo** e **lugar** de ocorrência de crimes ou violência (por exemplo, se coincide com maior consumo de álcool ou se está concentrada em determinados espaços do território);

- d) quais são os **atores ou organizações** responsáveis (por exemplo, se as violências são cometidas por indivíduos, de forma ocasional, ou se indicam a presença de organizações ou grupos);
- e) se houve utilização de **arma** (arma de fogo/arma branca, ou não);
- f) e se é possível identificar o **vínculo entre vítima e agressor**.

Violência doméstica e violência contra a mulher



Freepik.

A violência doméstica e a violência contra a mulher em geral merecem atenção especial. Em espaços e comunidades marcados por violência doméstica, é possível notar a reprodução dessa violência nas ruas.

A família é a primeira referência que se tem sobre as formas e os modelos de interação na estrutura social. Nela se reproduzem as estruturas de poder provenientes de valores, normas, obrigações e responsabilidades que são aceitas espontaneamente pelos indivíduos. Essas são carregadas de representações de dominação e subordinação, e são acompanhadas de seus respectivos mecanismos de perpetuação, entre eles, a violência, em quaisquer de suas manifestações – física, psicológica, sexual, entre outras (SERRATO, 2007, p.8).

Por isso, essa forma de violência representa uma variável importante a ser considerada na redução do problema da insegurança prevalentes não apenas nos espaços domésticos e privados, mas também no espaço público.

Fatores de risco

Fator de risco é qualquer situação que aumente as chances ou oportunidades de ocorrência de uma violência ou situação de insegurança. Eles podem ser individuais, quando se refere a fatores relacionados a uma dimensão pessoal ou biográfica; sociais ou culturais, quando está relacionado ao pertencimento a determinado grupo social ou cultural; ou espaciais, quando está associado a determinado espaço geográfico.

Por exemplo:

- a) ser mulher aumenta as chances de sofrer violência doméstica (fator de risco individual);
- b) a vulnerabilidade socioeconômica aumenta a probabilidade de ser vítima de crimes urbanos (fator de risco social);
- c) as residências de um bairro degradado têm maiores chances de serem alvos de arrombamento e furto (fator de risco espacial).

Ineficácia institucional

Podemos conceituar **instituições** como o conjunto de regras, mecanismos e processos que organizam a forma com a qual atores e órgãos estatais envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas devem atuar. Assim, **eficácia institucional** se referiria à capacidade do Estado e seus órgãos de implementar as políticas públicas e realizar seus objetivos como, por exemplo, efetivar os direitos previstos em dada sociedade.

Envolve, portanto, a existência de estruturas e recursos, como atores e equipamentos públicos, organizados de forma centralizada ou capilarizados nos territórios, capazes de levar a efeito as políticas públicas e prover os serviços sociais para os diferentes segmentos, incluindo o processamento dos conflitos e a intervenção sobre os problemas sociais.

Logo, a **ineficácia institucional** diz respeito à inexistência de estrutura e recursos públicos em determinado território, ou à incapacidade de fazer valer os objetivos das políticas públicas. No campo da insegurança, a ineficácia institucional pode ser percebida pela ineficácia da polícia, pela sensação de impunidade ou até mesmo pela inexistência ou atuação precária de outros atores estatais no provimento de serviços sociais básicos, como saúde, educação, assistência social, moradia, entre outros.

Ausência de infraestrutura e capital social

Infraestrutura social (também chamada de “organização social”) e capital social são elementos importantes para a consolidação de estruturas democráticas e para o desenvolvimento da comunidade.

Quando falamos de infraestrutura ou “organização” social, estamos nos referindo tanto às redes de serviços formais existentes na comunidade quanto aos aspectos da organização da própria comunidade. Nesse sentido, o termo “capital social” está associado ao conjunto aos níveis de confiança interpessoal, à existência de associações comunitárias e redes informais que permitem as trocas humanas e que também sustentam as instituições sociais. O capital social surge de diferentes formas de organização e interação oriundas da comunidade, tais como as redes de amizade e grupos informais de suporte mútuo, pequenos grupos de voluntários, clubes e associações. É importante também para instituir os controles sociais informais, que consistem em uma série de normas e regras acordadas em comum.

O crescimento urbano desordenado, que acomete não apenas, mas sobretudo as grandes cidades, está relacionado às violências urbanas de várias maneiras. A falta de planejamento urbano pode gerar, por exemplo, informalidade e descrença nas instituições; e, junto aos problemas de acesso a direitos e serviços básicos, pode redundar em violação da ordem pública.

Para fazer frente a esses processos, a mobilização da rede de atores e instituições informais da própria comunidade pode ser fundamental para fomentar uma cultura de proximidade e convivência cidadã, pertencimento e responsabilização dentro da própria comunidade.

Contexto urbano inadequado

A arquitetura urbana e a segurança costumam estar vinculados; em geral, observa-se que crimes e desordens podem ocorrer com mais frequência em locais degradados. Por exemplo, em ruas com pouca iluminação, geralmente há maior ocorrência de violências do que em locais bem iluminados. Além disso, áreas urbanas degradadas podem passar a impressão de descuido, atraindo por isso comportamentos que costumam ser classificados como “desordem”, tais como pichação e outras formas de depredação do patrimônio público, invasão de terrenos abandonados, descarte de lixo e entulho etc.

1.3. Como ocupar e requalificar o território? Para quê? Para quem?

Vamos começar esta seção analisando o seguinte excerto:

Lagoinha é Cemitério do Bonfim, onde defunto tem moradia garantida, com sala, copa, cozinha, três quartos e área de lazer. Falando em cemitério, Lagoinha tem a loira mais falsa do que nota de mil reais. Todo mundo jura que viu na porta do cemitério. É a Loira... do Bonfim.

Lagoinha é ogum, xangô, oxóssi, oxum, candomblé, umbanda, católica, ortodoxa e evangélica. É a tradicional família mineira convergente com a malandragem e com a boemia. É imigrante, italiana, francesa, portuguesa, chilena, uruguaia, argentina e alemã. É o mundo, o mundo! É Itapecerica, IAPI, Buraco Quente, Casa da Loba, Sarau das Cachorras, carnaval gafeira, samba, taticabum...

Então quer dizer que Lagoinha é festa o tempo todo? Nãoooo, Lagoinha não é festa o tempo todo. Lagoinha é política!
BARCELOS, [2019 apud PENIDO, 2019].

Para começarmos a pensar como é possível (re-)ocupar e revitalizar uma comunidade, é importante refletimos sobre alguns aspectos.

Em primeiro lugar, **que espaço é esse? Quais são os significados**, tradições, populações, usos e sentimentos comumente vinculados a essa comunidade?

Além disso, **quem são as pessoas** que habitam esse território, ou que o ocupam de outras formas, por exemplo, trabalhando ali? Quem compõe a **rede de atores locais**, parceiros e **organizações** do território?

Sua lista poder incluir: os moradores, trabalhadores, comerciantes, igrejas, clubes desportivos, associações comunitárias, empreendimentos locais, entre muitos outros. Quem mais?

Também é importante identificarmos a **infraestrutura formal do território**, formada pelos equipamentos públicos e o patrimônio arquitetônico. Ou seja, ela engloba a estrutura urbana local, como os serviços e equipamentos existentes relacionados às políticas de habitação, educação, saúde, assistência à infância, meio ambiente bem-cuidado e transporte, entre outros.

Além dos alguns aspectos relacionados ao patrimônio arquitetônico, ao uso do espaço público e o estado de conservação do território.

A próxima lista apresenta um conjunto não exaustivo desses elementos, que pode auxiliar na identificação a ser realizada em seu território:

- a) Centros de Referência de Assistência Social;
- b) Unidades Municipais de Ensino Infantil e Escolas Municipais e Estaduais;
- c) Faculdades e Centros Universitários;
- d) Centro Integrado de Atendimento à Mulher;
- e) Fica Vivo!;
- f) Mercado Popular;
- g) Centro Cultural;
- h) Academia da Cidade;
- i) Praças;
- j) Rodoviária.

Esse mapeamento de atores, organizações e infraestrutura é relevante, pois torna possível em seguida pensar: como essa rede formal e informal pode **atuar na recuperação de áreas degradadas?** Como ela pode ser mobilizada de forma a colocar em marcha, para além dos serviços já existentes, outros processos de requalificação e promoção de uma comunidade mais segura?

Abaixo, elencamos algumas possibilidades:

Papel dos grupos comunitários:

- a) melhoria da organização dos moradores, desenvolvimento das redes de amizades e cooperação mútua;
- b) atendimento a grupos vulnerabilizados, ações de *advocacy* e *visibilidade*;
- c) ações para demandar melhora ou oferta de serviços e equipamentos públicos;
- d) *lobby* protagonizado por grupos de moradores pode impactar proprietários e locatários para que atendam suas demandas;
- e) criação e oferta de serviços para a população local, tais como grupos de estudos e atividades no contraturno, serviço de creche comunitária, aconselhamento psicossocial, atividades para idosos e atividades culturais em geral;
- f) criação de áreas e oportunidades de convivência, tais como espaços limpos e verdes, centros comunitários, bibliotecas comunitárias, centros culturais, festas e eventos beneficentes;

- g) manutenção de pequenos projetos comunitários, como lojas de aluguel de ferramentas de jardinagem ou hortas comunitárias;
- h) organização de mutirões de limpeza urbana, campanhas contra o descarte inadequado de lixo, disseminação de padrões positivos de comportamento masculino, fomento da responsabilidade coletiva pelas pessoas que vivem no mesmo bairro;
- i) atividades que envolvam jovens e idosos;
- j) esforços para mudar aspectos físicos da vizinhança, criando um cenário mais agradável, por meio da implementação de novos jardins ou remoção de objetos abandonados nas ruas;
- k) ações para resgatar a memória cultural e artística da comunidade, e preservar o patrimônio arquitetônico local;
- l) jornal comunitário para promover a comunicação e acesso à informação para os moradores;
- m) atendimento de pessoas em situação de rua, com a oferta de banhos, comida, roupas, aconselhamentos e atendimentos espirituais (serviços geralmente oferecidos por centros religiosos).

Em suma, a reflexão sobre quem são essas pessoas e organizações que compõem a rede de atores locais, e as formas por meio das quais ocupam esse território nos ajuda a pensar também a lógica e a importância dos espaços de convivência e de lazer e a promoção de uma cultura de proximidade e de convivência inclusiva.

Nos capítulos seguintes, vamos aprofundar vários dos aspectos tratados nas seções iniciais deste capítulo. Por ora, vamos nos deter um pouco mais sobre como o cenário urbano se relaciona à ocorrência de crimes e violências.

1.4. Arquitetura, “crime” e “desordem” no contexto urbano

O objetivo desta seção é aprofundar no debate de algumas das principais bases conceituais e empíricas que estruturam a discussão sobre a relação entre as configurações do espaço urbano e a consolidação de determinados padrões de violência e criminalidade. Para tanto, apresentaremos, em linhas gerais, alguns conceitos-chave da *Teoria da Prevenção Criminal através do Design Ambiental* (*Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED*).

É importante retornarmos que, até o final dos anos 1980, a temática da **desordem urbana** no Brasil sempre foi abordada pelo poder público a partir dos impactos negativos que tais elementos projetavam sobre as dinâmicas de uso e ocupação dos territórios, bem como sobre os mais diversos setores da economia nacional. A deterioração física de largas porções do território urbano, bem como a ocupação irregular, desordenada e precária de outras tantas áreas eram quase que exclusivamente tratadas a partir de sua relação com problemas habitacionais e migratórios, assim relacionados aos prejuízos que causavam para o mercado imobiliário, de turismo, de seguros etc.

A partir dos anos 1990, a questão da desordem urbana começou a assumir centralidade nos debates da área da segurança pública. A partir de extensos programas de pesquisa já consolidados nos Estados Unidos e na Europa, começou-se a ter mais evidências sobre a complexa estrutura de relações que se estabelece entre a presença de elementos de desordem física/social e a consolidação de padrões de violência e criminalidade em determinadas regiões das grandes cidades.

Por um lado, destacam-se **elementos de desordem física e estrutural** presentes nos ambientes, tais como prédios e casas abandonadas, lixo nas ruas, pichações, lotes vagos, ruas esburacadas, falta de iluminação pública etc. Por outro, a temática da **desordem urbana** também se caracteriza pela observância de elementos associados ao que se define como “desordem social”, tais como mercados abertos e ostensivos de venda de drogas, cenas de uso de entorpecentes em ambientes públicos e áreas de circulação, comércio ostensivo de produtos ilegais ou contrabandeados, prostituição, ocupações ilegais de áreas públicas, entre outros.



Fonte: BELO HORIZONTE, 2020

O que diversos estudos têm apontado é que a concentração de vulnerabilidades estruturais e sociais nos territórios urbanos (e a consequente consolidação de regiões fortemente caracterizadas por aquelas duas dimensões de desordem) constituem contexto propício para o surgimento e a instalação de dinâmicas de violência e criminalidade.

Desde já, no entanto, é importante observarmos que a hipótese da associação entre desordem urbana e crime sustenta-se em pressupostos que se influenciam mutuamente, formando um mecanismo social retroalimentado: por um lado, a presença de elementos de desordem física e social ajudam a erodir uma série de atributos comunitários e associativos que atuam na prevenção do crime e da violência; por outro lado, a própria consolidação de dinâmicas de violência e crime em determinados territórios contribuem, eles mesmos, para o recrudescimento dos elementos de desordem física e social, tornando as áreas afetadas socioeconomicamente menos atrativas para o afluxo de investimentos públicos e privados e corroendo a capacidade autorregulatória e associativa das comunidades.

No contexto brasileiro, a discussão sobre espaço urbano e criminalidade tem adquirido grande centralidade ao longo dos últimos anos, sobretudo em função da participação cada vez mais sistemática dos municípios na concepção e implementação de políticas públicas de segurança. Com a ampliação do entendimento sobre como fenômenos de violência e criminalidade relacionam-se com as configurações socioespaciais, as políticas locais de gestão das cidades ganham maior importância; o poder municipal, junto com iniciativas sociais e comunitárias, adquire protagonismo na busca de soluções para tais problemas.

A prevenção do crime através do design ambiental (CPTED)

Conforme já destacamos, a literatura que se dedica a compreender a relação entre desordem urbana, violência e criminalidade subdivide o fenômeno em dois eixos complementares:

- a) desordem física/estrutural;
- b) desordem social.

A partir dessa subdivisão, buscam não apenas identificar quais elementos podem ser utilizados para caracterizar tais dimensões, mas também compreender como elas se correlacionam com maiores ou menores níveis de violência e criminalidade.

Os estudos elencam uma série de variáveis caracterizadoras das dimensões de desordem física/estrutural e de desordem social. Algumas pesquisas também apresentam indicadores relacionados à ideia da constituição de “espaços defensáveis” ou a estratégias de prevenção criminal através de design ambiental (CPTED).

Em termos gerais, a ideia de prevenção à criminalidade por meio do aproveitamento de recursos do ambiente urbano se baseia na premissa de que o espaço físico estabelece, em muitos sentidos, uma relação dialética com o espaço social. Especialmente nas cidades, as relações sociais se territorializam e moldam o espaço físico, ao mesmo tempo em que são profundamente influenciadas por ele. Nesse sentido, o manejo de determinados elementos do espaço físico pode influenciar modos de vida e de uso dos territórios.

E é nesse sentido que as teorias de prevenção à criminalidade por meio do design ambiental trabalham com a ideia de que seria possível planejar o ambiente urbano de modo que ele se constitua em elemento de prevenção à criminalidade, redução do medo e incremento da qualidade de vida.

De acordo com esta perspectiva, seis elementos ou orientações precisam ser observados quando se pensa a relação entre segurança pública e espaço urbano:

- a) **territorialidade:** refere-se à maior ou menor capacidade que determinados espaços têm de projetar percepções claras sobre os limites entre o público e o privado. Refere-se também a formas de ocupação legítima do território pelos seus moradores e demais usuários;
- b) **vigilância:** trata-se das configurações espaciais que dificultam ou potencializam mecanismos de vigilância formal e informal;
- c) **controle de acesso:** refere-se a mecanismos sociais, físicos, formais ou informais de controle de acesso das populações a determinados espaços. Relaciona-se à dimensão da apropriação do território por parte de seus moradores e usuários, mas também aos mecanismos de vigilância formal e informal que nele se estabelecem;
- d) **redução de alvos disponíveis:** esta dimensão diz respeito à maior ou menor capacidade que os territórios têm de atrair alvos potenciais de crimes ou gerar espaços que potencializam violências;

e) **suporte a atividades legítimas**: dimensão relacionada à apropriação do espaço público por parte de moradores e usuários para o desenvolvimento de atividades legítimas (esportes, lazer, reuniões comunitárias, manifestações culturais), em contraposição à utilização dos espaços para o desenvolvimento de modalidades criminais;

f) **gerenciamento e manutenção da imagem**: refere-se à maior ou menor capacidade que os territórios têm de se manterem bem-cuidados, ordenados e apropriados por suas comunidades.

A partir desses elementos, busque responder à seguinte reflexão:

a) no território em questão, que rua ou região lhe causa sensação de insegurança, sobretudo quando está a pé?;

b) identifique os elementos desse espaço que podem estar gerando essa sensação. Em seguida, faça uso das orientações anteriores para pensar em possibilidades de manipulação do espaço e/ou da arquitetura ambiental para resolver esse problema.



1.5. Colocando em prática

Diante das questões conceituais discutidas anteriormente, torna-se importante pensar em que medida as dimensões analíticas relacionadas à ideia de *prevenção do crime através do design ambiental* podem ser apropriadas para se pensar intervenções reais nos diferentes territórios da cidade. Assim, trazemos alguns casos práticos que podem servir de base para as discussões sobre as ações que podem ser tomadas em seu território.

Dimensões do desenho urbano e criminalidade violenta

Uma pesquisa realizada em um aglomerado do município de Belo Horizonte (SOUZA, 2010) se baseou na observação sistemática de cem (100) endereços nos quais houve pelo menos um homicídio, entre 2000 e 2006. A pesquisa incluiu também um grupo de controle, tendo sido comparados 100 (cem) endereços correspondentes onde não foram cometidos esse mesmo crime, dentro da mesma comunidade.

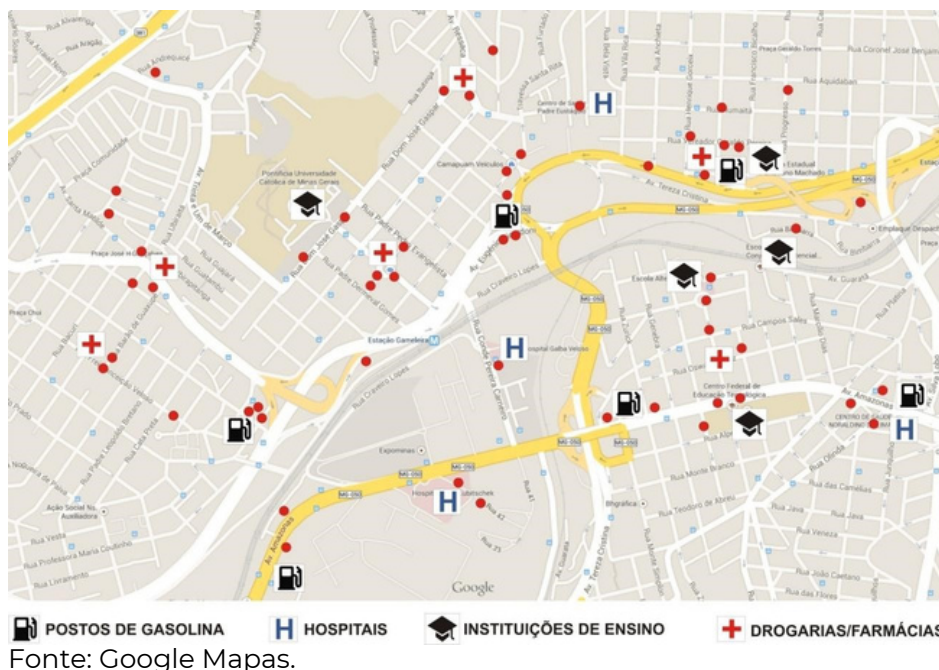
Os resultados mostraram que esses crimes tinham mais chance de ocorrer em espaços com configurações específicas, os quais facilitariam o cometimento do crime, bem como reduziriam a quantidade de esforços e recursos necessários para escapar da vigilância. Essas configurações estariam caracterizadas: pela venda de drogas ilegais, a proximidade de bares, a preponderância de esconderijos, a existência de rotas de fuga e uma paisagem urbana irregular que limita a vigilância por parte de residentes e do público em geral.



Fonte: SOUZA, 2010[LG1] .

Determinantes espaciais de furtos e roubos a automóveis

Outra pesquisa analisou os determinantes de crimes de furtos e roubos a automóveis em um bairro de Belo Horizonte. O bairro está localizado em uma região populosa e possui a maior incidência de roubos a veículos em comparação com as demais regiões do município. O mapa temático a seguir foi elaborado de maneira a indicar os elementos espaciais que podem explicar o padrão encontrado para os registros de ocorrência nesta localidade.



A análise dos padrões das ocorrências indicou haver correlação entre as áreas de maior incidência desses crimes e sua proximidade com possíveis rotas de saída (em amarelo, no mapa), sugerindo ser este um dos elementos facilitadores. Outro elemento destacado foi a concentração de ocorrências nas proximidades de escolas e faculdades, farmácia, postos de gasolina e hospitais. Os analistas constataram que, nesta localidade, as escolas e faculdades não possuíam estacionamentos fechados e controlados.

Ademais, os horários de maior incidência dos crimes, entre 18h e 0h, reforçaram a hipótese de que estariam relacionados aos tipos de estabelecimentos indicados, com funcionamento no horário noturno. Uma análise dos registros policiais sobre os autores conhecidos revelou características de seu perfil: parte deles mora na própria região (63 indivíduos), mas a maior parte é de outros bairros (93). Resulta, assim, que a grande circulação de automóveis atrairia ofensores de outras localidades. Identificou-se ainda que muitos deles participam de quadrilhas especializadas em roubos de veículos, os quais são destinados para desmanches, para cometimento de outros crimes e para receptação.

Quando se analisou o perfil das vítimas e de alvos em potencial, os analistas reforçaram duas dimensões: atratividade e exposição, referindo-se ao grande número de carros em circulação na região, bem como de circulação de residentes e estudantes. Outras características da localidade podem reforçar sua atratividade: muitos que circulam no local tem uma relação de “baixo pertencimento” com o bairro, pois é seu local de trabalho ou estudo, e não de moradia.

A análise dos padrões das ocorrências indicou haver correlação entre as áreas de maior incidência desses crimes e sua proximidade com possíveis rotas de saída (em amarelo, no mapa), sugerindo ser este um dos elementos facilitadores. Outro elemento destacado foi a concentração de ocorrências nas proximidades de escolas e faculdades, farmácia, postos de gasolina e hospitais. Os analistas constataram que, nesta localidade, as escolas e faculdades não possuíam estacionamentos fechados e controlados.

Ademais, os horários de maior incidência dos crimes, entre 18h e 0h, reforçaram a hipótese de que estariam relacionados aos tipos de estabelecimentos indicados, com funcionamento no horário noturno. Uma análise dos registros policiais sobre os autores conhecidos revelou características de seu perfil: parte deles mora na própria região (63 indivíduos), mas a maior parte é de outros bairros (93). Resulta, assim, que a grande circulação de automóveis atrairia ofensores de outras localidades. Identificou-se ainda que muitos deles participam de quadrilhas especializadas em roubos de veículos, os quais são destinados para desmanches, para cometimento de outros crimes e para receptação.

Quando se analisou o perfil das vítimas e de alvos em potencial, os analistas reforçaram duas dimensões: atratividade e exposição, referindo-se ao grande número de carros em circulação na região, bem como de circulação de residentes e estudantes. Outras características da localidade podem reforçar sua atratividade: muitos que circulam no local tem uma relação de “baixo pertencimento” com o bairro, pois é seu local de trabalho ou estudo, e não de moradia.

Redução de oportunidades criminais a partir de mudanças implementadas no ambiente

Os criminólogos Ronald Clarke e John Eck se tornaram conhecidos por sua teoria da redução das oportunidades criminais (CLARKE; ECK, 2005). Como o próprio nome já indica, essa teoria propõe intervenções em segurança pública também a partir de manipulações do ambiente que busquem reduzir oportunidades para que indivíduos cometam crimes.

O êxito dessas mudanças dependeria, fundamentalmente, de que as mudanças na situação e no ambiente sejam percebidas como fatores adversos, ou seja, fatores que dificultem ou aumentem o esforço e os riscos de uma ação ilegal, ou diminuam suas recompensas.

Os autores exemplificam suas propostas a partir de vários exemplos, parte deles sumarizadas a seguir:

- a) o uso de copo de plástico em bares ou em eventos que reunissem muitas pessoas poderia reduzir o risco de ferimentos intencionais ou não intencionais;
- b) pintar muros pichados ou reparar rapidamente atos de vandalismo seriam formas de negar os benefícios da ação, ou mesmo de reduzir a tentação de atos de depredação posteriores, pois sinalizam que há pessoas preocupadas com o patrimônio (individual ou público);
- c) realizar campanhas (“se beber não dirija”), instituir radar de velocidade, impor regimentos (registro em hotel) ou filmar saída de locais públicas (bibliotecas, por exemplo) são maneiras de alertar a consciência, controlar desinibidores e auxiliar o comportamento “em conformidade com a lei”.

As técnicas de redução de oportunidades são bastante utilizadas em processos voltados à criação de um “espaço defensável”. Contudo, é sempre importante estar atento às iniciativas levadas a cabo, buscando não incorrer em artifícios que imponham: formas de selecionar comportamentos que não devem ser criminalizados; que reforcem estigmas de grupos sociais já vulnerabilizados; ou mesmo restrinjam o acesso de pessoas aos espaços públicos, pois desta maneira estaríamos produzindo um resultado contrário ao desejado, que é o de potencializar e democratizar os espaços da cidade.

Incrementar e potencializar a iluminação e a vigilância natural

Há alguns anos, uma pesquisa foi realizada em uma comunidade da cidade de Santiago do Chile. Foi apresentado um mapa para uma parte de moradores da área, solicitando que indicassem os locais que consideravam menos seguros. Curiosamente, na maioria dos locais apontados não havia registros de crimes; mas, em contrapartida, constatou-se que eram locais com pouca luminosidade.

O exemplo ilustra como a sensação de insegurança e a não ocupação de determinados espaços da comunidade geralmente estão ligados à baixa iluminação. Assim, ações que busquem aumentar a luminosidade ou mesmo que aproveitar e incrementar a iluminação natural já existente são muito relevantes não apenas para reduzir a insegurança, mas potencializar a ocupação de espaços sub ou mal utilizados.

Com isso, também se incrementa a chamada “vigilância natural”. Por exemplo, o espaço deve ser acessível: a cidade não deve ser um lugar por onde passam apenas os mais “fortes”. Rampas de acesso e calçadas amplas devem permitir a mobilidade de pedestres e cadeirantes. As praças, por sua vez, não precisam ter apenas bancos e jardins ou serem meros locais de passagem. Podem ter quadras para a prática de esportes, para deixá-los mais agradáveis e atrativos, e fazer com que as pessoas saiam de casa ou fiquem mais tempo nas zonas públicas, praticando a vigilância natural, mesmo que inconscientemente.

O uso ininterrupto dos ambientes públicos e áreas de vivência aumentam a vigilância natural, promovem o sentimento de territorialidade e identificação com o ambiente e, conseqüentemente, diminuindo a incidência de crimes.

Planejamento urbano, comunidade e diversidade

Em 1961, a cientista política, economista e urbanista Jane Jacobs escreveu *Morte e vida das grandes cidades*, tornando-se uma das maiores influências não apenas do campo do planejamento urbano, mas também da segurança pública. A obra foi escrita em meio ao avanço do chamado planejamento modernista, que impactou sobremaneira as cidades americanas. Entre seus resultados estariam a construção de grandes conjuntos habitacionais, em terrenos enormes e subutilizados, isolados, cheios de muros, ligados entre si por grandes avenidas cheias de carros e vazias de gente; bairros comerciais abarrotados durante o dia, mas desertos à noite; a destruição de bairros históricos e o surgimento dos subúrbios – bairros de classe média e alta construídos em zonas afastadas – desconectados da vida urbana.

Jacobs correlacionava o avanço desse tipo de urbanismo à “decadência” das cidades, pois ele impulsionaria uma restrição da vida ao espaço privado, provocando a “morte” da cidade enquanto espaço compartilhado de uso e convivência.

Para ela, a única forma de alimentar a vitalidade das ruas era a promover a diversidade: de usos, de escalas, de edifícios, de classes e de pessoas. Apenas essa mistura heterogênea garantiria que a rua fosse interessante o bastante para ocupá-la. Estar na rua é parte fundamental da experiência urbana, dizia Jacobs. As pessoas na rua fazem o comércio florescer, o espaço público ser bem cuidado e a cidade mais segura. Os “olhos da rua”, expressão que a tornou conhecida, nada mais são que os olhos dos vigilantes circunstanciais que todos se tornam ao usá-la de diferentes formas.

O planejamento urbano deve estimular e catalisar o maior espectro e a maior quantidade possível de diversidade de usos e pessoas em cada distrito da cidade grande. Deve propiciar uma interpenetração contínua de vizinhanças e distritos, cujos proprietários e usuários possam dar uma grande contribuição mantendo a segurança dos espaços públicos, de modo que estranhos sejam um trunfo e não uma ameaça (JACOBS, 2009).

A requalificação dos espaços públicos e a recuperação de “cortiços” e vilas criariam, além disso, condições para convencer uma grande parcela dos moradores a permanecerem no território por livre escolha, fazendo com que a diversidade aumentasse sempre e a comunidade se mantivesse, tanto para os antigos residentes quanto para os moradores que se incorporassem a ela.

Outras iniciativas sugeridas por Jacobs seriam:

- a) combater a existência das zonas de fronteiras desertas e ajudar a promover a identificação das pessoas com os distritos que são extensos;
- b) criar formas de enriquecer os contatos internos e externos, de maneira suficiente para lidar bem com problemas da vida nas grandes cidades, que são necessariamente difíceis, inevitáveis, mas naturais;
- c) transformar a autodestruição da diversidade e outros usos indiscriminados do dinheiro em forças construtivas, impedindo, por um lado, que haja possibilidade de degradação e, por outro, estimulando um bom ambiente econômico para os projetos pessoais;
- d) promover e compreender a ordem funcional da comunidade, ao contrário de impedi-la e negá-la;
- e) ser participativo, contando com os efeitos benéficos da mobilização social sobre a concepção, a gestão e o acompanhamento das intervenções.

1.6. Considerações finais

Nesse capítulo, avançamos em uma discussão que pode ser pensada em duas principais frentes:

- a) a primeira diz respeito a elementos arquitetônicos e urbanísticos do território que se relacionam com maiores ou menores percepções de risco e insegurança;

b) a segunda relaciona-se não apenas a dimensões do associativismo comunitário, mas também a percepções locais sobre o poder público e sua atuação no enfrentamento à violência e à criminalidade.

De um lado, buscamos tentar compreender quais aspectos de desordem territorial existentes em determinada região são percebidas pelos moradores como relacionados às suas percepções de medo e insegurança.

Por outro, também avaliar em que medida determinados elementos da vivência em comunidade e da relação da população local com o poder público podem servir de facilitadores (ou dificultadores) para o desenvolvimento de espaços de vitalidade urbana e de uma intervenção.

Esperamos que essas reflexões tenham incitado observações, interpretações e ideias a serem aplicadas em seu território. No último capítulo do guia (Capítulo 4), sugeriremos uma metodologia participativa, a partir da qual seja possível desenhar e planejar uma intervenção. Antes disso, iremos aprofundar em outros aspectos importantes a serem observados: o enfrentamento às violências contra as mulheres e formas de promoção de seus direitos (Capítulo 2) e os usos de abusivos de drogas no território (Capítulo 3).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARCELOS, Cida. *A dama Geni e o malandro da Lagoinha*. Direção: Cida Barcelos e Jefferson Veloso. Belo Horizonte, [2019].

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. *Diagnóstico de cenas de uso de drogas no complexo da Lagoinha*. Belo Horizonte: PBH, 2020.

Clarke, Ronald V.; Eck, John E. *Crime analysis for problem solvers in 60 small steps*. Washington, D.C.: Office of Community Oriented Policing Services, 2005.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SERRATO, Héctor Riveros. *Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina: marco conceitual de interpretação-ação*. Projeto regional de governabilidade local para a América Latina. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007.

Souza, E. *Situational factors in homicides in a violence-ridden brazilian favela*. Dissertation submitted to the Graduate School-Newark Rutgers, The State University of New Jersey, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARNEIRO, Leandro Piquet. *Políticas locais de segurança pública: o desafio do controle da desordem*. São Paulo: Rede de Economia Aplicada, 2012. (Working Paper, 027).

COZENS, Paul; LOVE, Terence. A Review and Current Status of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED). *Journal of Planning Literature*, v. 30, n.4, Nov. 2015.

PENIDO, Bruno Gomes Notini. *Análise de um território urbano: a Lagoinha sob as lentes da infraestrutura social e da inovação*. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 155-170, 2013.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula; BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v.17, n.47, p. 97-128, abr. 2003.



O capítulo 1 foi elaborado por Letícia Godinho, Luís Felipe Zilli e Karina Rabelo Leite Marinho.